

# Financiamento da protecção social adaptativa em Moçambique<sup>1,2</sup>

*Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e Programa Mundial para a Alimentação (PMA) Moçambique*

Em Moçambique, a planificação e o orçamentação do sector de segurança social básica começa com a elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), que oferece a base para elaboração dos Planos Económicos e Sociais (PES) e para a proposta do sector no Orçamento do Estado (OE). O Conselho de Ministros aprecia estas propostas e submete o documento para aprovação da Assembleia da República para o ano subsequente.

A planificação dos programas de protecção social para resposta a choques também é efetuada no Ciclo Geral de Planificação Orçamentária do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) junto ao OE. Contudo, a experiência recente de choques de rápida repercussão, como o ciclone Idai e a crise da COVID-19, levou o MGCAS a consolidar mecanismos de planificação e orçamentação “paralelos”, realizados fora do ciclo convencional.

No caso do Plano de Resposta da Protecção Social a COVID-19, o MGCAS, junto a parceiros de desenvolvimento, elencou o orçamento e as prioridades de acção para a expansão do Programa de Apoio Social Direto Pós-Emergência (PASD-PE) para mais de um milhão de famílias, aumentando significativamente os recursos alocados no sector em 2020-2021. Este crescimento ocorreu graças à contribuição de parceiros externos, sobretudo o Banco Mundial, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Alemanha.

Mesmo frente aos avanços que o PASD-PE COVID-19 proporcionou a Moçambique, persistem desafios de ordem técnica e estrutural para o sector, tais como:

- Os limites da ampla dependência de recursos externos para prover um financiamento constante ou a longo prazo;
- A planificação e a mobilização de recursos apenas após a ocorrência do choque, afetando a capacidade do governo de responder atempadamente à emergência; e
- O acesso limitado ao Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) para ativar recursos para a área da protecção social.

## Funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades

O FGC é um instrumento de protecção financeira contra desastres vinculado ao Instituto Nacional para Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) e estabelecido pelo Governo de Moçambique em 2017 para cobrir os encargos de instituições do Estado durante o preparo e a implementação da resposta a emergências. Visa fornecer uma linha de financiamento rápida e flexível para atender as demandas de orçamento de acções de resposta a emergências e assegurar o apoio às vítimas de calamidades, conforme a definição da Lei de Gestão e Redução de Riscos de Desastres — atualizada em 2020 (Lei nº 10/2020).

Porém, o Manual Operacional do FGC não faz referência directa aos programas de resposta a emergência do Instituto Nacional de Acção Social, Instituto Público (INAS-IP), limitando a sua utilização no financiamento do sector, incluindo para a alocação de recursos para activação do PASD-PE. O manual está atualmente em revisão, o que gera a oportunidade para os actores da área da Acção Social de incluir mais claramente estes programas. Assim, o MGCAS e INAS-IP devem trabalhar em conjunto com o INGD para desenvolver accionadores de programas de protecção social para os diferentes tipos de calamidades, adaptados para cada estágio de alerta das emergências. É necessária maior clareza na activação do FGC para a protecção social, sobre quais Instituições de Estado de Acção Social são responsáveis pela requisição dos fundos (MGCAS e/ou INAS-IP) e pela elaboração dos planos de orçamentação para solicitar seus recursos.



## Aprimoramento dos meios de financiamento do sector

É relevante para o aprimoramento do sector, o fortalecimento de capacidades técnicas para:

- Consolidar meios de financiamento baseados em previsões na área da acção social, integrados aos demais sectores de resposta a emergência, sobretudo o INGD;
- Estabelecer novas fontes de financiamento para a resposta de forma prévia e preparativa para garantir respostas da protecção social a emergências mais efetivas e atempadas.

A nova Lei de Gestão e Redução de Riscos de Desastres apresenta como uma das suas principais inovações, a ampliação do conceito de calamidades para introduzir novos elementos, como crises sanitárias, por ocorrência da pandemia de COVID-19. Porém, segue o desafio de adaptar os instrumentos de resposta existentes para que possam ser activados tanto em eventos climáticos, quanto em choques de origem antrópica, como conflitos que provocam o deslocamento forçado de famílias, como está a ocorrer nas províncias ao Norte de Moçambique, por exemplo.

Para garantir que o orçamento para Protecção Social Adaptativa seja realizado com maior flexibilidade, celeridade e antecipadamente, é importante aprimorar os processos e instrumentos de planificação do MGCAS para resposta a emergências, sobretudo para eventos climáticos cíclicos que afectem o país. Este processo deve estar integrado com os mecanismos existentes de financiamento, baseado em previsões e reflectido no Plano Anual de Contingências, através de uma maior coordenação dos sectores de Planificação e Orçamentação do INGD e do MGCAS.

### Referência:

Governo de Moçambique, Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentos e MozSP, 2021. "Planificação e Orçamentação da Protecção Social Adaptativa em Moçambique e Funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades". Palestra ministrada pelo Director da Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-áridas (DARIDAS) do INGD. Relatório 2ª Edição. Diálogo sobre Resiliência Social. Maputo: Governo de Moçambique, 21-24.

### Notas:

1. Este *One Pager* é parte de uma série de publicações sobre a Protecção Social em Resposta a Choques em Moçambique, produzida com o apoio do PMA e com financiamento do Departamento da União Europeia para Protecção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária (ECHO).
2. O II Diálogo sobre Resiliência Social foi organizado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social de Moçambique, com o apoio do Programa Mundial para a Alimentação e do Banco Mundial. O relatório foi produzido com base em palestras ministradas por especialistas durante o evento.